

ALINE OSORIO  
LETÍCIA GIOVANINI GARCIA  
*Coordenadoras*

*Prefácio*

Cármem Lúcia Antunes Rocha

*Apresentação*

Luís Roberto Barroso

DEMOCRACIA, ELEIÇÕES  
E PARTICIPAÇÃO FEMININA  
ELAS PENSAM O BRASIL

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2025

© 2025 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Revisão: Bárbara Ferreira

Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editoria@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D383	Democracia, eleições e participação feminina: elas pensam o Brasil / Aline Osorio, Leticia Giovanini Garcia (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2025.  594 p. 14,5x21,5cm ISBN impresso 978-65-5518-886-8 ISBN digital 978-65-5518-885-1  1. Direito eleitoral. 2. Direito constitucional. 3. Democracia. 4. Igualdade de gênero. 5. Mulheres. 6. Desinformação. 7. Eleições. I. Osorio, Aline. II. Garcia, Leticia Giovanini. III. Título.  CDD: 342.07 CDU: 342.8
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OSORIO, Aline; GARCIA, Leticia Giovanini (coord.). *Democracia, eleições e participação feminina: elas pensam o Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 594 p. ISBN 978-65-5518-886-8.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
“DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO FEMININA”	
CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA .....	17
APRESENTAÇÃO	
LUÍS ROBERTO BARROSO .....	23
I Introdução .....	23
II A obra.....	24
III Democracia, eleições e a necessária participação feminina no poder .....	28
PARTE I	
<b>DESAFIOS DA DEMOCRACIA E DESINFORMAÇÃO</b>	
MULHERES, PODER E DEMOCRACIA: CORRELAÇÃO NECESSÁRIA	
EDILENE LÔBO, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA.....	35
1 Introdução .....	35
2 Voto feminino no papel.....	38
2.1 A segunda Constituição da República conta com a primeira deputada federal constituinte no Brasil .....	39
2.2 As mulheres integram a Assembleia Nacional Constituinte pela segunda vez em mais de 95 anos de República .....	42
2.3 O Manifesto e as ações afirmativas: luta renhida .....	43
3 Violência política como estratégia para calar a voz pública das mulheres .....	45
3.1 Paridade radical com equidade racial .....	46
4 Ações afirmativas para irrupção da paridade: vedação ao retrocesso .....	47
5 Notas finais: autonomia partidária para a execução do modelo paritário .....	48
Referências.....	50
DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO: A DESINFORMAÇÃO E SEU IMPACTO DESPROPORCIONAL SOBRE AS MULHERES	
ALINE OSORIO.....	53
1 Introdução .....	53
2 O desafio da desinformação .....	54
3 A desinformação de gênero: origem, conceito e distinções .....	58
3.1 Ponto de partida: a desigualdade de gênero.....	58
3.2 O conceito .....	60
3.3 Correlações e distinções relevantes .....	63
4 Fundamentos e ferramentas para o enfrentamento da desinformação de gênero .....	65
5 Conclusão .....	68
Referências.....	69
DEEPPFAKE, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ELEIÇÕES 2024: MAIS UM CAPÍTULO DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NA HISTÓRIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	
DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, GIANNE DE FREITAS ANDRADE.....	73
1 Introdução .....	73
2 A contribuição das empresas de tecnologia para a erosão democrática e a necessidade de uma regulação mais efetiva de suas responsabilidades .....	76
3 A atuação normativa do TSE e a gradual regulação do ecossistema digital em prol da hígidez do processo político-eleitoral brasileiro .....	79
4 Conclusão .....	85
Referências.....	87

## A APLICAÇÃO DA TEORIA DA “DEMOCRACIA DEFENSIVA” (*WEHRHAFTE DEMOKRATIE*) NA JURISDIÇÃO ELEITORAL

<b>EZIKELLY BARROS</b> .....	<b>89</b>
1     Introdução .....	89
2     A gênese da teoria da “democracia defensiva” ( <i>die wehrhafte Demokratie</i> ).....	90
3     A teoria da “democracia defensiva” na jurisdição eleitoral.....	93
3.1    Na eleição de 2018.....	94
3.2    Na eleição de 2022.....	98
4     Considerações finais .....	101
Referências.....	102

## DIREITO, DEMOCRACIA E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO PROCESSO ELEITORAL

<b>MARGARETE COELHO</b> .....	<b>103</b>
Referências.....	115

## REDES SOCIAIS, REGULAÇÃO E DEMOCRACIA

<b>RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA</b> .....	<b>117</b>
Referências.....	129

## A JABUTICABA E O OURIÇO: RESPOSTAS DA GOVERNANÇA ELEITORAL BRASILEIRA AOS DESAFIOS DA DEMOCRACIA

<b>ROBERTA MAIA GRESTA</b> .....	<b>131</b>
1     Introdução .....	131
2     A jabuticaba: análise contextualizada das especificidades da governança eleitoral brasileira.....	133
2.1    Distinção entre as funções administrativa e judicial da Justiça Eleitoral no contexto da sua criação e no contexto atual.....	139
3     O ouriço: a normalidade democrática como vetor de atuação finalística da justiça eleitoral.....	145
4     Considerações finais .....	151
Referências.....	151

## INSTITUIÇÕES EM XEQUE: A OUSADIA DE DEFENDER A INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO PARA PROTEGER A DEMOCRACIA

<b>SAMARA CASTRO, ROBERTA BATTISTI</b> .....	<b>155</b>
1     Introdução .....	155
2     O papel crucial da Justiça Eleitoral na manutenção da integridade eleitoral .....	156
3     Globalizando a integridade: estratégias internacionais para a proteção da informação.....	159
4     Tecnologia e valores: construindo uma democracia resiliente na era digital.....	163
5     Conclusão .....	167
Referências.....	168

## DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EN CRISIS: EL IMPACTO ELECTORAL RESULTANTE DE LA MANIPULACIÓN DE LAS *FAKE NEWS* EN EL UNIVERSO DE LAS REDES SOCIALES: LA CONSTRUCCIÓN DE LA DESINFORMACIÓN

<b>VÂNIA SICILIANO AIETA</b> .....	<b>171</b>
Referencias .....	186

### PARTE II

## REGRAS DO JOGO ELEITORAL

## DIREITO ELEITORAL, CRIME E SUSPENSÃO DE EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO: UMA REFLEXÃO SOBRE COMPETÊNCIA E LIMITES À NEGAÇÃO DA SOBERANIA DO VOTO

<b>DANIELA TEIXEIRA</b> .....	<b>189</b>
-------------------------------	------------

## A REPRESENTAÇÃO NEGRA NA POLÍTICA: REPARAÇÃO DEVIDA

<b>VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO</b> .....	<b>195</b>
Referências.....	197

## AGENDA *ESG* E PARTIDOS POLÍTICOS: UMA INTRODUÇÃO AO TEMA DA REPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA NAS ESTRUTURAS E NOS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS

<b>ANGELA CIGNACHI BAETA NEVES</b> .....	<b>199</b>
1     Introdução .....	199
2     Agenda <i>ESG</i> no ambiente corporativo.....	202
3     Agenda <i>ESG</i> nos partidos faz sentido? .....	208

5	Conclusão .....	215
	Referências.....	216

## SUPREMO TRIBUNAL DOS DIREITOS POLÍTICOS FUNDAMENTAIS: UM OLHAR EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

<b>CHRISTINE PETER DA SILVA, RAQUEL BEUTEL .....</b>		<b>219</b>
1	Introito .....	219
2	Supremo Tribunal dos Direitos Fundamentais .....	221
3	O Supremo Tribunal Federal sob o olhar da sociedade brasileira.....	223
4	Direitos políticos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: 2020 a 2023 .....	228
5	Considerações finais .....	236
	Referências.....	237

## ASPECTOS ATUAIS SOBRE A PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UM MARCO REGULATÓRIO ESPECÍFICO PARA A DELIMITAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS

<b>GABRIELA ROLLEMBERG, FERNANDA AGUIAR.....</b>		<b>239</b>
1	Introdução .....	239
2	Marcos normativos.....	240
2.1	Constituição Federal .....	240
2.2	Legislação eleitoral.....	241
2.3	Lei nº 12.232/2010, que define as normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade pela Administração Pública .....	241
2.4	Lei nº 13.303/2016, que define os limites de gastos com publicidade institucional no ano da eleição para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias .....	242
2.5	Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021 .....	242
2.6	Instruções normativas da Presidência da República.....	243
2.6.1	Instrução Normativa nº 2, de 14 de abril de 2023, que define os tipos de publicidade institucional e quais são permitidos três meses antes das eleições .....	243
2.6.2	Instrução Normativa SECOM/PR nº 4, de 23 de fevereiro de 2024: mitigação de riscos à imagem das instituições do Poder Executivo federal decorrentes da publicidade na internet .....	245
2.6.3	Instrução Normativa SECOM/PR nº 5, de 26 de fevereiro de 2024: obrigatoriedade de aplicação da marca do governo federal para identificar as ações de comunicação .....	245
3	O que não pode ser veiculado na publicidade institucional.....	246
4.1	Quanto às alterações trazidas pela Resolução TSE nº 23.735/2024, que dispõe sobre os ilícitos eleitorais.....	247
4.2	Quanto ao limite de gasto com publicidade institucional.....	249
4.2	Do uso de espaço institucional para realizar <i>lives</i> .....	249
4.3	Questões delicadas que envolvem a suspensão do conteúdo da publicidade institucional dentro do período vedado ..	251
5	Reflexões finais .....	253
	Referências.....	253

## A POSSIBILIDADE DE VETO DO USO DE PARÓDIAS EM PLEITOS ELEITORAIS

<b>JAMILE DUARTE COELHO VIEIRA, LAILA VIANA DE AZEVEDO MELO.....</b>		<b>257</b>
1	O contexto discutido .....	257
2	O que dizem a legislação autoral e o Judiciário até agora.....	258
3	O que se passa nas eleições.....	260
	Referências.....	267

## DEMOCRACIA PARA QUEM? A EXCLUSÃO RACIAL E DE GÊNERO NO SISTEMA POLÍTICO PELA VIA DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

<b>LARA MARINA FERREIRA, SABRINA DE PAULA BRAGA .....</b>		<b>269</b>
1	Introdução .....	269
2	Representatividade e déficit democrático brasileiro.....	270
3	Subfinanciamento de mulheres e de pessoas negras no Brasil.....	276
4	Eleições de 2024 e desafios à frente.....	282
	Referências.....	285

## O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

<b>LETÍCIA GIOVANINI GARCIA .....</b>		<b>289</b>
	Referências.....	301

## FINANCIAMENTO ELEITORAL DE GÊNERO E VEDAÇÃO AO RETROCESSO

<b>LUCIANA LÓSSIO .....</b>		<b>303</b>
1	Introdução .....	303
2	Cotas de candidaturas e sua fraude.....	305
3	Gastos de campanha, resultados eleitorais e financiamento de gênero.....	311

4	Vedação ao retrocesso social.....	315
5	Conclusão .....	317
	Referências.....	318

## BOTE FÉ NAS ELEIÇÕES (?). PEQUENO DIÁLOGO SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA

<b>MARIA CLAUDIA BUCCHIANERI PINHEIRO .....</b>	<b>321</b>
---	------------

## A CASSAÇÃO DE MULHERES ELEITAS COMO EFEITO COLATERAL AO DESCUMPRIMENTO DA COTA DE GÊNERO – UM CONTRASSENDO DEMOCRÁTICO

<b>MARILDA DE PAULA SILVEIRA .....</b>	<b>327</b>
--	------------

1	Introdução .....	327
2	O contexto dos efeitos atribuídos à anulação de votos em razão da identificação de fraude na cota de gênero .....	328
2.1	A construção de um meio processual para apuração da fraude: ausência de previsão legal e inexistência de consequência própria .....	328
3	Como a ação afirmativa das cotas se voltou contra as mulheres eleitas? .....	332
4	Vamos às consequências: cassar todos os candidatos incentivaria a redução da fraude? Uma análise dos incentivos .....	334
5	Anulação de votos para garantia de um cardápio abstrato de opções: a compatibilização da consequência com a ação afirmativa .....	341
5.1	O princípio da proporcionalidade: interpretação conforme da legislação para a manutenção do mandato das mulheres eleitas.....	345
6	Conclusão .....	348
	Referências.....	349

## PRODUÇÃO PROBATÓRIA, CAUSA DE PEDIR E SEGURANÇA JURÍDICA NAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

<b>MARINA ALMEIDA MORAIS .....</b>	<b>351</b>
------------------------------------	------------

1	Introdução .....	351
2	Os limites da causa de pedir no contexto processual-eleitoral .....	352
3	Do entendimento firmado na AIJE nº 1943-58 .....	354
4	Do entendimento firmado na AIJE nº 814-85 .....	358
5	Do entendimento firmado na AIJE nº 1312-84 .....	361
6	À guisa de conclusão: balizas para a conformação dos limites da causa de pedir e do caráter investigatório da AIJE ao princípio da segurança jurídica .....	361
	Referências.....	363

## A CONTAGEM DO PRAZO DA INELEGIBILIDADE DECORRENTE DA CONDENAÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE À LUZ DO REGIME CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS POLÍTICOS

<b>MAYARA DE SÁ PEDROSA TORRES.....</b>	<b>365</b>
---	------------

1	Introdução .....	365
2	O regime jurídico dos direitos políticos na Constituição de 1988.....	366
3	O regime jurídico das causas de inelegibilidade à luz da interpretação dos direitos políticos enquanto garantias fundamentais .....	370
4	A hermenêutica interpretativa da contagem do prazo da inelegibilidade decorrente de condenação por ato de improbidade administrativa.....	374
5	Conclusão .....	379
	Referências.....	381

## A EXISTÊNCIA DE RELATIVA AUTONOMIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ELEITORAL E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: TEMA EM DEBATE NA REPERCUSSÃO GERAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>VIVIANE CAVALCANTE MAGALHÃES.....</b>	<b>383</b>
--	------------

1	Introdução .....	383
2	Da necessidade de se outorgar devida proteção aos bens jurídicos tutelados nas diversas instâncias de responsabilização .....	384
3	Da natureza diversa da ação por improbidade administrativa.....	390
4	Das hipóteses de mitigação da autonomia existente entre as instâncias punitivas eleitoral e de improbidade .....	393
5	Conclusão .....	397

PARTE III  
**PARTICIPAÇÃO FEMININA E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO**

**MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA**

<b>SIMONE TEBET</b> .....	<b>401</b>
---------------------------	------------

**O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NOME SOCIAL: UM OLHAR PARA AS CONTRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SOBRE OS DIREITOS POLÍTICOS DAS PESSOAS TRANS**

<b>ANA CAROLINA DE CAMARGO CLÈVE</b> .....	<b>413</b>
1     Introdução .....	413
2     O processo de institucionalização do nome social: uma breve retrospectiva dos principais marcadores do novo paradigma .....	415
3     Contribuições da Justiça Eleitoral para o reconhecimento jurídico do nome social .....	420
4     Considerações finais .....	423
Referências.....	424

**MULHERES E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL – MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO POSITIVA**

<b>CARLA KARPSTEIN</b> .....	<b>427</b>
1     Síntese .....	427
2     Representatividade feminina na política: a queda na qualidade da democracia e a necessidade de continuidade nos mecanismos de compensação.....	429
3     Distorção representativa proporcionada pela coligação proporcional e os efeitos de sua vedação .....	434
4     Do financiamento – distorções na aplicação da legislação.....	436
Conclusão .....	437
Referências.....	440

**CANDIDATURAS FEMININAS: A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO E DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

<b>CRISTINA MARIA GAMA NEVES DA SILVA, ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO BASTOS, JULIA DE BAÈRE CAVALCANTI D’ALBUQUERQUE, MANUELA SIMÕES FALCÃO ALVIM DE OLIVEIRA</b> .....	<b>443</b>
1     Introdução: direitos políticos e democracia .....	443
2     O cenário de sub-representação feminina no Brasil .....	447
3     Evolução normativa e jurisprudencial .....	448
4     Injustificada resistência dos partidos políticos .....	451
5     A proteção constitucional às candidaturas femininas .....	453
Conclusão .....	457
Referências.....	458

**AVANÇOS E DESAFIOS: O IMPACTO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA PRESENÇA DAS MULHERES NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS**

<b>FABIANA CRISTINA ORTEGA SEVERO DA SILVA</b> .....	<b>461</b>
1     Introdução .....	461
2     A atuação das mulheres por maior representação política na América Latina .....	463
3     As razões apontadas como justificativa para a ineficácia das cotas de gênero .....	467
4     Financiamento público e a promoção da paridade entre as candidaturas como estratégias para superar a sub-representação.....	470
5     Conclusões.....	474
Referências.....	475

**INVESTINDO NA IGUALDADE: UMA ANÁLISE JURÍDICA DOS FUNDOS PÚBLICOS PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES – AS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NºS 5.617/DF E 7.419/DF**

<b>FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA</b> .....	<b>477</b>
1     Introdução .....	477
2     Um pouco dos marcos históricos nacionais .....	480
3     O financiamento das campanhas eleitorais e os fundos públicos .....	483
4     Apesar das cotas e financiamento obrigatório, o Brasil ainda resiste, pior, tenta retroceder .....	485
5     Conclusões.....	487
Referências.....	489

## O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO ACABA NA JUSTIÇA ELEITORAL?

O machismo e a violência política de gênero na condução dos processos: a quem são destinadas as punições?..... 504

A inelegibilidade é a pior consequência imposta às candidatas fictícias? ..... 510

Referências..... 512

## CAMPANHA ELEITORAL DIGITAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA AS CAMPANHAS DE MULHERES

1 Introdução ..... 513

2 Obstáculos às campanhas eleitorais de mulheres ..... 514

3 As oportunidades de campanha na internet: horizontalidade e autonomia ..... 517

3.1 Impulsioneamento de propaganda eleitoral ..... 519

3.2 Captação de recursos ..... 520

4 Desafios: a violência política de gênero ..... 522

4.1 Instrumentos para o combate à violência política de gênero ..... 524

5 Considerações finais ..... 526

Referências..... 526

## O PAPEL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL NO COMBATE ÀS CANDIDATURAS FICTÍCIAS

1 Arcabouço normativo e evolução jurisprudencial ..... 532

2 Judiciário brasileiro: sistema sancionador ..... 537

2.1 *Leading case*: RESPE 1-49 e RESPE 193-92..... 538

2.2 ARESPE 0600651-94 ..... 541

AI 339-86 ..... 543

3 Considerações finais ..... 545

Referências..... 546

## PARTIDOS POLÍTICOS E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

1 Introdução ..... 549

2 A baixa representatividade política feminina. O gênero e a interseccionalidade. Mudanças legislativas para o enfrentamento desse fenômeno ..... 550

3 A atuação dos organismos internacionais de direitos humanos para enfrentar a discriminação e a violência contra a mulher na esfera política. Os partidos políticos devem posicionar-se no centro desse debate..... 554

4 As eleições municipais de 2024: o que se espera dos partidos políticos para a efetivação das políticas afirmativas de garantia de participação feminina com êxito eleitoral ..... 559

5 Conclusão ..... 561

Referências..... 561

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS (ELEITORAIS) DAS MULHERES NO BRASIL

Introdução ..... 565

1 Da promoção do princípio constitucional da igualdade para as mulheres..... 566

2 A luta da mulher pelo sufrágio no mundo e no Brasil ..... 569

3 Da (des)igualdade política dos gêneros..... 571

4 Ações do Poder Judiciário brasileiro na garantia dos direitos políticos das mulheres ..... 572

Considerações finais ..... 576

Referências..... 576

## MICROAGRESSÕES E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO CONTRA MAGISTRADAS BRASILEIRAS

1 Introdução ..... 579

2 Microagressões e violência de natureza política ..... 580

3 Conclusão ..... 584

Referências..... 585